

COLUNA DO CASTELLO

Pedem a Sarney o
que Tancredo negou

A ala progressista do PMDB, na qual se incluem lideranças respeitáveis e conhecidas da esquerda, como os Srs Miguel Arraes, Francisco Pinto, Alencar Furtado e o menos conhecido Deputado João Hermann, pretende apresentar um documento ao Presidente em exercício reivindicando prioridade para geração de empregos, barateamento do custo de vida e da infraestrutura urbana e reforma agrária. Eles alegam que o Presidente Tancredo Neves costurou um projeto que a esquerda do PMDB "aceitou de graça", mas que Sarney terá de materializar um projeto político com prevalência da solução dos problemas sociais.

Ora, a reivindicação é legítima. Resta saber se é oportuna ou se é viável. O Sr José Sarney, se se tornar o Presidente efetivo, guarda a mesma linha de compromissos do Sr Tancredo Neves, definida no documento da Aliança Democrática. Os projetos de natureza social estão nele abrangidos, mas na verdade o Presidente eleito fez opções muito nítidas, como se deduz da escolha do seu ministério, situado quase todo ao centro e à direita. O executor da política econômico-financeira é notoriamente o Ministro da Fazenda, Sr Francisco Dornelles, intérprete notório do pensamento do Sr Tancredo Neves, na matéria.

O Presidente eleito é homem dado a estudos econômicos, e com experiência administrativa e gerencial no setor, e escolheu pessoa da sua estrita confiança para, num prazo de carência, dar prioridade ao combate à inflação, mediante o corte nos gastos públicos, incluídos os de investimentos, e à negociação da dívida externa. A ala progressistas declarou, pela voz do Sr Hermann, que aceitou de graça essa colocação, mas propõe ao Sr Sarney rever prioridades e dar ênfase ao social.

Terá o Presidente em exercício condições políticas de mudar essa ênfase? Ele governa por enquanto em nome de Tancredo e, se o suceder, terá como diretriz o programa da Aliança Democrática, que concilia divergências entre a esquerda, o centro e a direita. Não será fácil para o Sr Sarney preservar sua base política e alterar o esquema de ação do Sr Tancredo Neves. Ele dificilmente teria respaldo político para isso. Embora lhe seja possível trocar o Sr Dornelles, não parece estar ao seu alcance deixar para segundo plano o combate à inflação e a redução das dívidas interna e externa. A dívida social para o sistema que ascendeu ao poder seria uma segunda prioridade, a ser atendida mais adiante.

O Sr José Sarney monta seu esquema de poder na mesma base que elegeu o Sr Tancredo Neves. Se ficar com o comando e diante da complexa estrutura política daquela base de apoio, tentará possivelmente ampliá-la, estendendo a conciliação ao ingresso do PDS na Aliança. Não se deve esquecer que, à sua retaguarda, estão o PFL, grupo liberal vinculado a lideranças empresariais, dissidência do PDS e uma parte do PMDB que não deve pensar como membros da ala progressista. Do contrário, não haveria uma ala progressista, mas um partido progressista. A existência da ala inclui a idéia de divisão do principal partido que, com o Sr Tancredo Neves, chegou ao poder que vem sendo exercido pelo Sr José Sarney.

O Presidente em exercício fez, aliás, um esforço para atender parcialmente a reivindicação pelo ataque imediato à dívida social, quando determinou a execução do programa de emergência elaborado pela Copag. O Ministro da Fazenda o dissuadiu disso, com a informação de que não existem ou já foram alocados os recursos citados pelo projeto. O Ministro do Planejamento tenta, no entanto, desburocratizar a aplicação de recursos existentes.

Deve-se entender que o Sr José Sarney, ainda que quisesse, não poderia alterar os objetivos políticos com os quais está comprometido. Seu problema número um é o mesmo de Tancredo Neves: promover a implantação de um regime democrático mediante a convocação de uma Assembléia Constituinte a ser eleita em pleito desobstruído de todos os casuísmos da ditadura. A ala progressista deve reunir suas forças para ocupar áreas na Constituinte e conduzir a maioria no rumo das suas prioridades. O Sr Sarney não dispõe de meios para mudar os rumos de um Governo traçados na base da conciliação pelo Sr Tancredo Neves, que assumiria forte, enquanto o sucessor continua politicamente fraco.